



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9271 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

ESTRATÉGIAS DE ENSINO REMOTO EM MUNICÍPIOS DO ABC PAULISTA: CENÁRIO DE 2020 E AS INCERTEZAS QUANTO AO FUTURO

Sanny Silva da Rosa - USCS-PPGE - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Ana Silvia Moço Aparicio - USCS-PPGE - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Marta Regina Paulo da Silva - USCS-PPGE - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: USCS

ESTRATÉGIAS DE ENSINO REMOTO EM MUNICÍPIOS DO ABC PAULISTA: CENÁRIO DE 2020 E AS INCERTEZAS QUANTO AO FUTURO

RESUMO: O trabalho discute dados de pesquisa cujo objetivo é caracterizar cenários decorrente das estratégias adotadas de ensino remoto adotadas nos sistemas municipais de ensino da Região do ABC Paulista. Os dados apontam os desafios, preocupações e incertezas manifestados por gestores e docentes no contexto da pandemia e revelam a fragilidade e desarticulação das políticas públicas para garantir o direito de acesso à educação e mitigar as desigualdades socioeducacionais pré-existentes.

Palavras-chave: pandemia; ensino remoto; sistemas municipais de ensino; ABC Paulista.

Introdução

Nos primeiros dias de março de 2020, os resultados do Carnaval ainda dominavam as páginas dos jornais brasileiros e pouco se falava do vírus desconhecido que, desde dezembro do ano anterior, começara a circular em Wuhan, na China, e que rapidamente chegaria à Europa e também ao Brasil. Àquela altura, a euforia do verão ofuscava os riscos - já conhecidos, mas minimizados pelas autoridades de saúde - da epidemia responsável pela maior crise sanitária mundial do século XXI.

Em 20 de fevereiro, 87% dos casos estavam localizados na China, com mais de 2 mil mortes; em 5 de março, a Europa era responsável por 41% das pessoas infectadas. No final de 2020, o Brasil contabilizava 195 mil mortos e, no momento da escrita deste texto, esse número ultrapassava os 470 mil, sendo o terceiro país com mais mortes em todo o mundo, segundo a Universidade John Hopkins.

A pandemia atingiu em cheio as escolas públicas brasileiras, responsáveis por mais de 80% dos 48 milhões de estudantes matriculados educação básica. O ensino remoto se fez realidade

em todo o país, apesar da precariedade dos sistemas de ensino, da falta formação e domínio das tecnologias digitais pelos profissionais de educação e das dificuldades de acesso e conexão com a internet da maior parte da população brasileira.

A responsabilidade pelas orientações das atividades não-presenciais, autorizadas pelo Parecer CNE 5/2020 de 28/04/2020, ficou a cargo dos estados e municípios, em nome da “autonomia” dos entes federados. Na prática, foi transferida aos mais de 2,2 milhões de profissionais da educação básica que, com recursos próprios, se desdobraram para localizar os alunos, elaborar e providenciar a entrega e/ou envio de atividades para os alunos realizarem em casa. Nesse contexto, as famílias foram chamadas a assumir a tarefa de mediar os processos de ensino e aprendizagem, para a qual nem mesmo as mais abastadas têm preparo suficiente,

Diante do verdadeiro apagão educacional desencadeado pelo fechamento das escolas, acompanhar o que ocorria nos sistemas públicos tornou-se imperativo. Este trabalho contribui com este esforço ao apresentar e discutir pesquisa realizada com o objetivo de caracterizar cenários decorrentes das estratégias de ensino remoto nos sistemas municipais das sete cidades da Região do ABC Paulista: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Contexto e metodologia da pesquisa

O Grande ABC Paulista tem uma população de 2.690.590 habitantes, segundo dados da Fundação Seade (2020). O número matrículas nas redes municipais pesquisadas, segundo o Censo Escolar de 2019, era de 192.012 alunos, atendidos por 26.705 profissionais de educação que atuam na Educação Infantil (creches e pré-escolas), no Ensino Fundamental regular (Anos Iniciais e Finais) e nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

A primeira etapa do estudo, de caráter exploratório, consistiu em um levantamento (tipo *survey*) com o objetivo de conhecer as percepções de gestores e docentes sobre o ensino remoto. Adotou-se a metodologia de amostragem não-probabilística, a partir da técnica “bola de neve” (*snowball sampling*), que consiste em atingir um público específico via contatos de sujeitos-chave (denominados *sementes*), selecionados por conveniência (VINUTO, 2014).

No contexto da pandemia, a busca dos sujeitos através dessa técnica foi a que se mostrou mais viável. As “sementes” foram nossos alunos de pós-graduação - professores/gestores de escolas públicas da região - que possibilitaram alcançar, entre os dias 26 de maio a 10 de junho de 2020, 501 respondentes. O questionário, disponibilizado *on-line* via *Google Forms*^[1], continha 47 questões de múltipla escolha, subdivididas em quatro eixos temáticos: a) perfil profissional; b) estratégias adotadas pelas redes para o ensino remoto; c) processos de gestão escolar; d) preocupações e incertezas. O instrumento continha ainda duas questões abertas onde os participantes puderam expressar os principais desafios e preocupações daquele momento.

Resultados e discussão

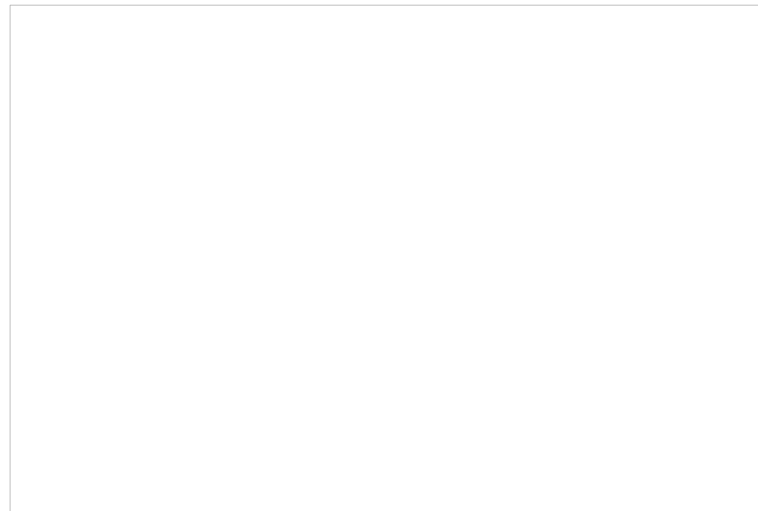
Os respondentes foram majoritariamente (96%) mulheres, que se identificaram como brancas (69,6%); entre 31 e 50 anos (68,2%), com experiência profissional acima de 11 anos (57,9%), sendo a maioria (77,9%) servidoras concursadas, com jornada de trabalho semanal de 31 a 40 horas ou mais (72,6%).

Quanto às estratégias utilizadas para o ensino remoto, as opções mais assinaladas foram: o envio de atividades pelos(as) docentes por meios digitais (67,3%); envio de orientações às

famílias por meio digitais (65,1%). Materiais entregues e/ou enviados pelas SME perfizeram 32,1%. (Gráfico 1).

Os dados indicam que os(as) profissionais se depararam com o desafio de dar continuidade ao ano letivo, mobilizando as tecnologias disponíveis, com as quais nem todo(a)s possuíam familiaridade, sobretudo em situações de ensino a distância. De acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2019) apenas 30% dos(as) professores(as) de escolas urbanas participaram de algum programa de formação continuada sobre o uso de computador e internet em atividades com os(as) alunos(as).

Gráfico 1: Estratégias utilizadas no ensino remoto



Observou-se que o contexto emergencial impactou a rotina de trabalho das escolas: 65,5% disseram que a carga de trabalho foi intensificada, pois exigiu não apenas a elaboração de atividades individualizadas, como também o atendimento e orientações aos familiares sobre como fazer o acompanhamento das tarefas em casa.

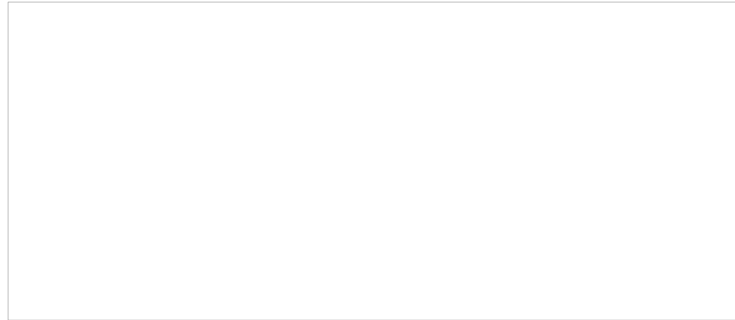
Sobre a adequação das estratégias adotadas às especificidades das etapas/modalidades de ensino, na avaliação do(a)s respondentes os(as) alunos(as) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (48,6%) e da Pré-escola (39,7%) foram menos prejudicados. Em contraste, estudantes com deficiências e/ou transtornos funcionais específicos (21,9%), em situação de acolhimento institucional (Abrigo) (15,7%) e imigrantes (14,4%) foram os menos mencionados, o que sinaliza agravamento da situação de exclusão destes sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

Os recursos (materiais e tecnológicos) para o ensino-aprendizagem na modalidade remota foram avaliados como “plenamente adequados” por apenas 13,6% dos respondentes, enquanto 60% os considerou como “parcialmente adequados”. Já os recursos (materiais e tecnológicos) para a comunicação dos gestores com os docentes foram melhor avaliados: a soma dos que os consideraram como “plenamente adequados” (34,5%) ou “parcialmente adequados” (55,6%) indica que, para 90,1%, a interlocução entre gestores e os professores ocorreu de forma satisfatória.

Os dados sinalizam que, a despeito do entrosamento da equipe escolar, as estratégias não foram suficientes para garantir uma comunicação eficaz com as famílias e, conseqüentemente, o direito à aprendizagem do(a)s aluno(a)s. Na avaliação da maioria (65,7%), o planejamento curricular de 2020 estava sendo cumprido parcialmente ou não estava sendo cumprido; e, para

63% o acompanhamento do desempenho escolar estava ocorrendo de forma precária ou não estava ocorrendo. (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Cumprimento do planejamento curricular



Fonte: elaborado pela equipe de pesquisa

Calcado basicamente nas tecnologias digitais, o ensino remoto praticado nos sistemas públicos mostrou-se muito limitado. Dados da PNAD 2017, citados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2020, p.6), alertavam que “nenhuma unidade federada chega a 80% de acesso com conexão por banda larga e mais da metade delas não chega sequer a 60% com esse tipo de conexão.” No estado de São Paulo, o mais rico da federação, apenas 57% das casas possuem conexão por banda larga.

Quando se consideram os estudantes de escolas públicas e privadas, a disparidade fica evidente:

[...] enquanto apenas 31% dos estudantes do ensino fundamental e 42% do ensino médio da rede pública, possuem a condição mais adequada computador/tablet e acesso com banda larga em casa, os estudantes da rede privada possuem 77% e 83% respectivamente. (CNDE, 2020, p.9)

O estudo sobre as desigualdades digitais realizado por Parreiras e Macedo (2020) corrobora as desigualdades entre alunos de escolas públicas e particulares.

Entre os colégios privados das classes alta e média, diante de uma maioria de estudantes já conectados e acostumados a navegar por plataformas digitais de ensino, a rotina de estudos segue firme [...]. No polo oposto, [...] uma grande parte dos alunos de classes sociais mais baixas estarão, mais uma vez, excluídos. (PARREIRAS; MACEDO, 2020, p.6).

As respostas às questões abertas da pesquisa reforçam as dificuldades enfrentadas pelos profissionais na tentativa de dar continuidade às atividades escolares de forma remota. A sensação de solidão e abandono pelos órgãos centrais no processo de tomada de decisão e a dificuldade de manter contato com as famílias e fazer chegar a todo(a)s o(a)s estudantes as atividades escolares foram as preocupações mais apontadas pelos gestores.

Já os docentes mostraram-se preocupados com as situações inéditas vividas naquele momento: dificuldades de acesso e domínio das ferramentas digitais; de estabelecer e sustentar a interação com os alunos remotamente; a sobrecarga de trabalho e a necessidade de

conciliar as atividades domésticas e escolares; apreensão com a própria saúde física e mental e a do(a)s estudantes, entre tantas outras.

Considerações provisórias

Os resultados da fase exploratória da pesquisa apontam os grandes desafios que as escolas terão de enfrentar para tratar das cicatrizes – físicas e psicológicas - deixadas não apenas pela pandemia, mas sobretudo pela negligência e indiferença dos poderes públicos em relação aos direitos fundamentais da pessoa humana à vida, à saúde e à educação.

Tais cicatrizes, já perceptíveis no oscilante retorno às atividades escolares presenciais, seguramente serão mais fundas e mais permanentes para os que já eram mais vulneráveis antes da pandemia. Pois, como bem observou Boaventura de Sousa Santos, “as pandemias não matam tão indiscriminadamente quanto se julga. [...] Mas discriminam tanto no que respeita à sua prevenção, como à sua expansão e mitigação (SANTOS, 2020, p. 23).

Por outro lado, há fortes indícios de que as experiências e os sentimentos contraditórios vividos nesse período fomentaram o diálogo e o trabalho colaborativo entre o(a)s docentes e gestor(a)s, dada a necessidade de fazer frente a tantos desafios. Essa situação, obviamente dramática, abriu oportunidades para muitos aprendizados e, sobretudo, para mobilizar a consciência da importância da escola pública como guardiã da educação como bem comum (CURY, 2020).

A insatisfação dos profissionais com a falta de apoio dos sistemas de ensino expôs a fragilidade e a desarticulação das políticas públicas, responsáveis por prover as condições necessárias para viabilização do ensino remoto e, portanto, garantir o direito de todo(a)s ao acesso a uma educação de qualidade.

Não obstante, a pandemia provou a indispensável presença do Estado e dos equipamentos públicos para a preservação dos direitos fundamentais dos cidadãos. Não fosse a atuação comprometida dos servidores que atuam na linha de frente em hospitais e escolas públicas, os prejuízos decorrentes de posturas negacionistas e antirrepublicanas que impuseram retrocessos aos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 teriam sido muito maiores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação]. Parecer n. 5/2020, de 28 de abril de 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 10 jun. 2021.

CNDE [Campanha Nacional pelo Direito à Educação]. Guia Covid-19 – Educação a Distância, v. 3 EaD, 2020. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia3-EaD_FINAL.pdf Acesso em: 25 mai. 2021

CETIC [Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação]. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC educação, 2018. **Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR**, São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação Escolar e Pandemia. Pedagogia em Ação, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 1º sem. 2020. Disponível em:

<http://200.229.32.43/index.php/pedagogiacao/article/view/23749> Acesso em: 10 jun. 2021.

FUNDAÇÃO SEADE. Perfil dos Municípios Paulistas. Disponível em:
<https://perfil.seade.gov.br> Acesso em: mai. 2021.

LIBERALI, F. C. Construir o inédito viável em meio à crise do Coronavírus – lições que aprendemos, vivemos e propomos. LIBERALI, F. C. (org.). **Educação em tempos de pandemia:** brincando com um mundo possível. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PARREIRAS, Carolina; MACEDO, Renata Mourão. Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. **Boletim Ciências Sociais**, n.36, 8 mai.2020. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n36.pdf Acesso em: 10 jun. 2021

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus.** São Paulo: Boitempo, 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250> Acesso em: 20 ago. 2020.

[1] Os questionários foram respondidos sob condição de total anonimato dos sujeitos que, após conhecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no corpo do instrumento, concordaram em participar da pesquisa.